

Formação da rede de capital social no território citrícola de Alagoas

The social capital network formation in the citrus territory of Alagoas

Kellyane Pereira dos Anjos Gonçalves¹

Francisco José Peixoto Rosário²

Luiz Fernando de Oriani Paulillo³

Resumo: Este artigo utilizou o referencial teórico do neo-institucionalismo para analisar o papel do Estado na formação da rede citrícola de Alagoas. O objetivo principal foi analisar o processo de formação da rede de capital social na região conhecida como Vale do Mundaú. Para isso, a metodologia constituiu-se de um estudo de campo baseado em pesquisa documental e nos métodos observacional e de entrevista a atores-chave da rede. Os resultados mostraram que apesar da rede ter começado a se formar em 2002 com o projeto Vida Rural Sustentável e com a constituição da primeira cooperativa, foi a partir de 2008 com a inserção do território no programa de estado PAPL que se desenvolveu um conjunto de características responsáveis pela articulação sistemática dos atores. Com isso, concluiu-se que o Estado é um ator fundamental para o desenvolvimento do capital social quando este promove um ambiente de interação e participação dos demais atores na formulação das políticas de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Neo-institucionalismo. Redes. Capital social. Citricultura.

Abstract: This paper used the theoretical framework of neo-institutionalism to analyze the role of State in the constitution of citrus network in Alagoas. Therefore, it aims to show the process of formation of social capital network

¹Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC), Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisadora no Grupo de Estudos em Tecnologia, Inovação e Competitividade (GETIC/UFAL). Autor(a) correspondente, *Email: kellyane.anjos@gmail.com*.

²Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC), Universidade Federal de Alagoas (UFAL). *Email: chicorosario@gmail.com*.

³Professor Titular do Departamento de Engenharia de Produção (DEP), Universidade Federal de São Carlos. *Email: dlfp@ufscar.br*.

in the region known as Vale do Mundaú. The methodology consisted of a field research based on observational methods and interview to the key players of citrus network. The results showed that although the network has begun to form in 2002 with the project Vida Rural Sustentável and the establishment of the first cooperative, from 2008 with the inclusion of the territory in PAPL state program that developed a set of characteristics responsible for systematic articulation of the actors. Thereby, it was concluded that the State is a key actor for the development of social capital when it promotes an environment of interaction and participation of other stakeholders in the formulation of local development policies.

Keywords: Neo-institutionalism. Network. Social capital. Citrus.

JEL codes: A14; B55; D85; L14.

I Introdução

A abordagem de redes surge como uma alternativa a dicotomia entre as formas organizacionais mercado e hierarquia. Segundo [Powell \(1990\)](#), as análises baseadas no contínuo entre essas duas categorias falham ao não incorporarem os fatores históricos e antropológicos das relações de troca e por não considerarem elementos como a reciprocidade e a colaboração. Nesse sentido, torna-se necessário considerar o contexto de estruturas sociais específicas para determinar o tipo de transação econômica. [Granovetter \(2003\)](#) utiliza o conceito de *embeddedness* ou “enraizamento” para mostrar que o comportamento é determinado por redes de relações sociais.

Assim, partindo do referencial teórico do neo-institucionalismo, este artigo busca elucidar a seguinte questão: qual o papel do governo na formação da rede de capital social do território citrícola alagoano? Nesse sentido, tem como objetivo principal identificar a estrutura da rede de capital social da região conhecida como Vale do Mundaú. E, para isso, possui três objetivos específicos: analisar a formação da rede de capital social da produção de laranja a partir do apoio do governo do Estado e do SEBRAE à região; identificar a estrutura de governança da rede; e descrever o conjunto de fatores responsáveis pela articulação sistemática dos atores.

O artigo divide-se em cinco seções, após esta introdução é apresentado o referencial teórico com a abordagem de redes e o capital social. A seção três descreve a metodologia utilizada. A seção seguinte apresenta os resultados da pesquisa. Já a seção cinco faz as considerações finais.

II Referencial teórico

As abordagens neo-institucionalistas assumem que o ambiente institucional – composto por leis, normas, regras, convenções, mitos, cultura, cerimoniais etc. – modela a estrutura de governança e esta, por sua vez, determina as formas de relacionamento seja de indivíduos ou de firmas. De acordo com [Hall e Taylor \(1996\)](#), as principais questões em análises institucionalistas são: a construção da relação entre instituição e comportamento; e o processo pelo qual as instituições surgem ou se modificam.

Referindo-se às perspectivas do institucionalismo na economia, ciência política e na sociologia, [Scott \(1995\)](#) categoriza o neo-institucionalismo nos pilares regulativo, normativo e cognitivo, respectivamente. Enquanto [Hall e Taylor \(1996\)](#) apresentam as vertentes do neo-institucionalismo histórico, da escolha racional e o sociológico. De acordo com os referidos autores, as três escolas de pensamento buscam explicar o papel das instituições nos resultados sociais e políticos. Apresentam-se mais como complementares do que contraditórias na medida em que fornecem diferentes lentes para analisar problemas específicos, além disso, enfatizam duas das principais questões do neo-institucionalismo: a mudança e a estabilidade, isto é, como o desenvolvimento pode ocorrer sob a ordem.

No institucionalismo econômico a principal unidade de análise é o contrato de transação, concentra-se no estabelecimento da estrutura de governança mais adequada para reduzir os custos de transação. É importante ressaltar que a categoria do neo-institucionalismo da escolha racional é tratado por [Hall e Taylor \(1996\)](#) como sinônimo de uma possível categoria intitulada neo-institucionalismo em Economia, no entanto, os autores observam que a primeira utiliza as preferências na interação estratégica e a segunda enfatiza elementos como o direito de propriedade, as rendas e os mecanismos de seleção competitiva. De modo geral, essa vertente enfatiza o caráter regulativo das instituições. Conforme [Hall e Taylor \(1996\)](#), alguns trabalhos utilizam a teoria da escolha racional em temas relacionados à formulação de políticas e distribuição de poder. Por outro lado, [Scott \(1995\)](#) destaca o aspecto regulativo das instituições ao modelarem o comportamento dos agentes.

No institucionalismo da Ciência Política analisa-se a construção das políticas públicas e as redes de poder. Segundo [Hall e Taylor \(1996\)](#), no institucionalismo histórico as instituições são definidas como “os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais inerentes à

estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política” (HALL; TAYLOR, 1996, p. 196). Para estes autores, uma das propriedades fundamentais dessa vertente é a importância atribuída ao poder onde este é assimétrico entre os grupos sociais. Além disso, atribuem notável importância ao papel das trajetórias nos resultados sociais ao postularem que “as mesmas forças ativas são modificadas pelas propriedades de cada contexto local, propriedades estas herdadas do passado” (HALL; TAYLOR, 1996, p. 200).

No institucionalismo da Sociologia, as instituições são definidas de forma mais ampla, segundo Hall e Taylor (1996) incluem as regras, procedimentos, normas formais, além dos sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e modelos morais que guiam a ação humana. Essa vertente sustenta que o surgimento e a utilização das instituições estão relacionados a práticas culturalistas e não apenas a eficiência que proporcionam às organizações.

A resposta de cada uma dessas vertentes a questão colocada por Hall e Taylor (1996) sobre como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos, fez com que este trabalho optasse por utilizar a vertente do institucionalismo sociológico, visto que, um dos objetivos estabelecidos é o de justamente avaliar a formação do capital social em uma rede de relacionamentos.

II.1 Abordagens sociológicas de redes

A abordagem de redes surge como uma alternativa a dicotomia entre as formas organizacionais mercado e hierarquia. Powell (1990) considera o contexto de estruturas sociais específicas na determinação das transações econômicas e afirma que certas transações são guiadas mais por fatores sociais do que por estruturas formais de autoridade (POWELL, 1990, p. 299). Uma importante crítica deste autor a categorização das transações como um contínuo entre mercado, formas híbridas e hierarquia é a ausência da análise dos fatores históricos e antropológicos das relações de troca, além de não considerar fatores como reciprocidade e colaboração. Para ele as unidades econômicas não são simples evoluções dessas formas, mas constituem-se de densas redes de afiliações políticas, religiosas e sociais que moldam as atividades econômicas.

Mark Granovetter é um dos críticos à distinção entre mercado e hierarquia, pois, não haveria uma clara delimitação entre as duas formas. Granovetter (2003) utiliza o conceito de *embeddedness* ou “enraizamento” para mostrar que o comportamento é determinado por redes

de relações sociais. Assim, ao contrário das abordagens da escolha racional, a noção de mercado é passível de análises sociológicas onde este é definido como uma construção social e cultural. Nesse sentido, [Paulillo, Sacomano Neto e Garcia \(2016\)](#) afirmam que um dos temas recorrentes nas abordagens sobre redes é a análise de como os atores estão “enraizados” em estruturas de relações que se por um lado promovem oportunidades, por outro restringem o seu comportamento.

[Powell \(1990\)](#) apresenta um conjunto de fatores característicos das trocas econômicas que não se aplicam a estrutura de mercado nem a de hierarquia e, com isso, permitiria classificar redes como uma forma distinta de coordenação de atividades econômicas. Assim, o conceito de redes aplica-se às trocas econômicas onde os itens transacionados possuem qualidades que não são facilmente mensuradas; as relações entre comprador e vendedor são recorrentes e de longo prazo; há interdependência entre as partes sem propriedade jurídica comum. Nas palavras de [Powell \(1990\)](#), o pressuposto básico das relações de rede é que uma parte depende de recursos controlados pela outra, e que existe ganhos em partilhar tais recursos. As transações ocorrem através de redes de indivíduos comprometidos com ações recíprocas, preferenciais e de apoio mútuo ([POWELL, 1990](#), p. 303).

De acordo com [Paulillo, Sacomano Neto e Garcia \(2016\)](#), na perspectiva de redes há um posicionamento estrutural entre os atores – fornecedores, competidores e governo – onde esses estabelecem relações por onde fluem bens, serviços, recursos e informações.

No entanto, [Dowding \(1995\)](#) questiona se a abordagem de rede é um modelo ou uma metáfora em um estudo sobre redes de poder. Para este autor, as análises sobre redes de poder deixariam de ser metáforas e passariam a ser uma teoria ao longo das análises sociológicas de redes. Aponta, ainda, quatro características da análise de redes utilizadas nas abordagens sociológicas: (i) mensuração da variação nas ligações estruturais entre os membros como função das características individuais dos membros da rede e da sociedade em geral; (ii) análise da influência das características da rede no comportamento individual; (iii) como o comportamento de grupos é afetado pelas características da rede que estão inseridos; e (iv) proposição sobre como as características da rede sobrepõem-se às características de grupos e possibilitam um melhor fluxo de informações.

A Tabela 1 traz as características dos membros e das relações das redes apontadas por [Dowding \(1995\)](#). Para este autor o que diferencia uma rede de outra é a relação entre seus atores, ou seja, a sua estrutura.

Tabela 1: Características de rede.

Características dos membros	Características das relações
1. Conhecimento/informação	1. Centralidade
2. Legitimidade	2. Número de conexões
3. Habilidade para condicionalmente mudar outras estruturas de incentivos	3. Inclusão
4. Habilidade para incondicionalmente mudar outras estruturas de incentivos	4. Regras de interação
5. Reputação	5. Enraizamento

Fonte: Reproduzido de Dowding (1995).

II.II Abordagens de redes e o capital social na sociologia econômica

Para Almeida, Paulillo e Ferrante (2006), um território pode ser analisado além da perspectiva econômica e produtivista a partir do potencial do capital social local. De acordo com Albagli e Maciel (2003), o conceito de capital social pode ser definido a partir da perspectiva de três autores principais, Pierre Bourdieu, Robert Putnam e James Coleman. O primeiro utilizou o termo para se referir às vantagens de se pertencer a redes duráveis de relacionamentos (ALBAGLI; MACIEL, 2003, p. 424). “Putnam (1996) estudou os governos regionais da Itália e concluiu que o capital social é o elemento mais importante para a determinação do nível de riqueza econômica e para a formação do bom governo” (CASTILHOS, 2001, p. 10). Por outro lado, Coleman especificou três formas de capital social: nível de confiança; canais de trocas de informações; e as normas e sanções que encorajam os indivíduos a trabalharem por um bem comum (ALBAGLI; MACIEL, 2003, p. 425).

O elemento “enraizamento” ou “incrustação” vem sendo utilizado na explicação do processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, figura-se como uma dimensão do capital social, visto que, influencia diretamente o comportamento dos atores presentes em redes de relacionamentos seja política, social ou econômica. De acordo com Dowding (1995), o argumento de Granovetter de que o enraizamento das transações em relações recorrentes e de redes aumenta o uso de contratos informais, mostra que o enraizamento proporciona o desenvolvimento de confiança e reciprocidade (DOWDING, 1995, p. 154). Além da dimensão “enraizamento”, Castilhos (2001) destaca a dimen-

são “autonomia” como necessária para a formação do capital social. Para este autor, autonomia está relacionada à postura que os atores expressam permitindo-lhes estabelecer relações baseadas em reciprocidade e confiança, ou seja, relaciona-se a capacidade dos atores agirem mais em prol dos interesses coletivos do que em seus interesses individuais (CASTILHOS, 2001, p. 12).

Albagli e Maciel (2003) relacionam o capital social a aglomerações produtivas e afirmam que, além da confiança e da interação, outros fatores são requeridos para a articulação eficiente entre as unidades produtivas. Assim, apontam os seguintes fatores como os mais relevantes para formação do capital social em um território produtivo: nível educacional, densidade de relações de aprendizado interativo; sentimento de pertencimento; nível de inclusão ou de polarização social; identidade entre interesses individuais e coletivos; lideranças locais; e a relação Estado/sociedade (ALBAGLI; MACIEL, 2003, p. 432).

Albagli e Maciel (2003) citam algumas perspectivas distintas sobre a relação entre Estado e capital social. Na primeira, a atuação do governo é fundamental ao elaborar políticas públicas de inclusão social, na promoção de processos decisórios participativos e ao estimular atividades voluntárias e comunitárias. A segunda enfatiza que o governo não deve intervir, pois, o desenvolvimento do capital social é um processo historicamente construído que parte do modelo de organização de “baixo para cima”. Já a terceira aponta para as sinergias entre capital social e ação do Estado o que possibilita a formulação de estratégias de desenvolvimento local.

Nessa última perspectiva, o governo identifica a presença do capital social para ampliar a rede de relacionamentos no território por meio da inclusão de grupos sociais marginalizados. Assim, entre as medidas adotadas pelo governo estaria a institucionalização da construção participativa das políticas públicas e a formalização de grupos sociais marginalizados.

III Material e métodos

Este artigo parte de um estudo de campo sobre a organização dos produtores de laranja de Alagoas em torno no Arranjo Produtivo Local Fruticultura no Vale do Mundaú. O procedimento adotado baseia-se nos métodos observacional e de entrevistas por pauta a atores-chave da rede citrícola do estado. Seguindo o roteiro proposto por Gil (2008), o delineamento da pesquisa foi realizado, em um primeiro momento, através de pesquisas bibliográficas e documentais. Posteriormente

foi realizado um estudo de campo, visto que, com esse procedimento “estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes” (GIL, 2008, p. 57).

Para o estudo de campo, o primeiro contato foi realizado junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SE-DETUR) que, juntamente com o SEBRAE/AL, coordena o Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos Locais do Estado de Alagoas (PAPL/AL). Em seguida foi realizada uma entrevista com a gestora responsável pelo território citrícola do Vale do Mundaú e com alguns citricultores que, na ocasião, estavam expondo os seus produtos em uma feira semanal de produtos orgânicos organizada no âmbito do programa. Através destas, buscou-se identificar a estrutura da rede de capital social dos produtores do território citrícola alagoano. Para isso, baseou-se nas características de rede de Dowding (1995), conforme Tabela 1, e no quadro proposto por Almeida, Paulillo e Ferrante (2006) sobre a caracterização da rede de capital social na citricultura da região de Bebedouro/SP. Além disso, os atores foram questionados sobre os fatores que propiciam a articulação da rede como colocado por Albagli e Maciel (2003).

A relação entre indivíduos e a consolidação de organizações sociais foi abordada por Graciano et al. (2020), em um estudo de campo sobre o capital social em torno de duas cooperativas localizadas em distintos territórios do estado de Goiás. Tal estudo concluiu que os elementos de capital social são fatores relevantes desde a formação, envolvimento, até a tipologia das redes (GRACIANO et al., 2020). Os elementos identificados como pilares em tal estudo remetem aos “pilares de produção e reprodução do capital social, [...] a formação de redes sociais; a confiança revelada; a reciprocidade entre os indivíduos; os valores coletivos e as normas compartilhadas” (GRACIANO et al., 2020, p. 312).

Outro estudo de campo sobre a temática em território rural brasileiro foi realizado por Zambra, Souza e Costa (2018), por meio do estudo da relação entre o capital social e a formulação de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural no estado de Mato Grosso. Neste, os autores chegaram a conclusão de que aspectos ligados a formação do capital social atuam como facilitadoras nas “ações de formação educacional e assistência técnica no meio rural, tanto por seu ambiente propício à aprendizagem e ao conhecimento endógeno, quanto pelos benefícios da comunicação e confiança, oriundos da organização dos atores em rede” (ZAMBRA; SOUZA; COSTA, 2018, p.

IV Resultados da pesquisa

O território citrícola de Alagoas está localizado na região chamada Vale do Mundaú na mesorregião Leste do estado. De acordo com a Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE), Alagoas é o terceiro maior produtor de laranja do Nordeste com uma área destinada à colheita de aproximadamente 12.301 hectares e uma produção de 142.324 toneladas no ano de 2019 (IBGE, 2020). A maior parte desta produção está concentrada no município de Santana do Mundaú com aproximadamente 50,6% da produção de laranja. Os maiores produtores nordestinos são Bahia e Sergipe, tendo produzido em 2019 aproximadamente 574.211 e 364.766 toneladas, respectivamente (IBGE, 2020). Porém, a citricultura alagoana concentra-se na produção de laranja lima, sendo proporcionalmente o maior produtor do país dessa variedade da fruta (COELHO, 2004; FERREIRA et al., 2013).

De acordo com Ferreira et al. (2013), o cultivo da laranja lima no município de Santana do Mundaú teve início na década de 1950 com a boa adaptação das mudas introduzidas pelo extinto Instituto Agrônômico do Nordeste, órgão vinculado ao Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas (SNPA) do Ministério da Agricultura. Porém seu crescimento foi intensificado a partir da década de 1970 devido à crise da produção de banana maçã que era uma cultura tradicional nos municípios do Vale do Mundaú. Já na década de 1990, outro fator que impulsionou o crescimento da produção foi a melhoria da infraestrutura de transporte por meio da pavimentação da rodovia AL-205, conhecida como “Rodovia da Laranja”, possibilitando o escoamento da produção para estados vizinhos (FERREIRA et al., 2013, p. 9).

A expansão da produção de laranja lima no Vale do Mundaú apresentava, contudo, alguns problemas que inviabilizavam o desenvolvimento da atividade. Em primeiro lugar, a falta de organização dos citricultores e, com isso, a baixa articulação destes com organismos governamentais e privados. Em segundo lugar, a carência de assistência técnica e a falta de recursos para aquisição dos insumos necessários a produção refletiam-se na baixa produtividade nos pomares e, frequentemente, estes eram atingidos por pragas que inviabilizavam a sua comercialização. O mercado consumidor era restrito a feiras livres e, em sua maioria, a produção era destinada a “atravessadores”.

IV.1 A formação e estrutura da rede citrícola na região do Vale do Mundaú

Segundo [Ferreira et al. \(2013\)](#), no ano de 2003 o SEBRAE/AL firmou uma parceria com a organização não governamental Movimento Minha Terra (MMT) para implantar o Projeto Vida Rural Sustentável (PVRS). Este projeto visava implantar o sistema agroecológico de cultivo e, com isso, mitigar o problema da falta de recursos para a aquisição dos insumos e a carência de assistência técnica aos municípios produtores. Nesse período foi criada a Associação dos Produtores Agroecológicos do Vale do Mundaú (ECOVALE), atual ECODUVALE. Ainda de acordo com [Ferreira et al. \(2013\)](#), coube ao MMT o papel de entidade executora de extensão rural e assistência técnica para o cultivo de laranja lima orgânica, processo de certificação do produto e melhoria na comercialização. Como consequência desse projeto, o SEBRAE/AL lançou em 2003 uma feira semanal de produtos agroecológicos na capital Maceió que oferta também produtos orgânicos de outros municípios atendidos pelo projeto.

Para [Albagli e Maciel \(2003\)](#), o capital social pode ser estimulado através de políticas públicas que promovam um ambiente de decisões participativas, além de proporcionarem um ambiente socioeconômico igualitário. De acordo com [Almeida, Paulillo e Ferrante \(2006\)](#), a efetivação da segurança alimentar em determinada localidade propicia a formação de redes de capital social. No caso da região do Vale do Mundaú, percebe-se a atuação do governo na formação da rede a partir de 2004 quando a produção de laranja foi identificada como uma atividade passível de ser apoiada pelo Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos Locais do Estado de Alagoas (PAPL/AL), uma parceria entre o governo do estado e o SEBRAE/AL. Nesse mesmo período, os produtores da região foram mobilizados através da Cooperativa COOPLAL para fornecer laranja lima para o programa de compras governamentais PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

De acordo com o decreto que institui o PAPL, o objetivo deste é “apoiar aglomerados de micro e pequenas empresas ou produtores autônomos, concentrados em municípios ou microrregiões do Estado, para proporcionar-lhes a oportunidade de crescimento socioeconômico” ([ALAGOAS \(Estado\), 2004, p. 1](#)). Após a identificação das principais atividades produtivas, em um segundo momento da implantação do programa formou-se a rede de parcerias com organismos financeiros, entidades de ensino e tecnologia; entidades públicas; enti-

dades de classe; fóruns; e câmaras setoriais.

Em 2018, o PAPL trabalhou com 10 arranjos e a sua estrutura operacional é composta por um conselho deliberativo, uma coordenação executiva e por gestores locais. A coordenação executiva, firmada por convênio específico, é composta pelo SEBRAE/AL e pela SEDETUR. A gestão local é realizada por um gestor contratado por meio de licitação, atuando como um elo entre a coordenação executiva e os agentes presentes no território. Dentre as várias funções atribuídas ao gestor destaca-se o papel de articulador, identificando e promovendo parcerias com os diversos órgãos públicos, com o setor privado e demais setores. Em uma última etapa, as ações são implantadas pelos agentes parceiros designados em rodadas de negociações anuais e o seu cumprimento é acompanhado de forma permanente pelo conjunto de atores da rede por meio de reuniões frequentes.

Como exposto, em 2004 foi identificado o então chamado APL Laranja no Vale do Mundaú, no entanto, este só passou a integrar o programa no ano de 2008. Em 2012 ocorreu a reformulação do programa onde o APL Laranja no Vale do Mundaú passou a se chamar APL Fruticultura no Vale do Mundaú por contemplar também a produção de banana. O território de abrangência compreende os municípios de Branquinha, Ibataguara, Santana do Mundaú, São José da Laje, União dos Palmares e, mais recentemente, Murici.

É uma região marcada por grande número de assentamentos de reforma agrária, o que a caracteriza uma região com produção de frutas baseada na agricultura familiar. Essa atividade também é a principal fonte de renda dos municípios do APL, mas destacam-se a produção de laranja lima e banana.

De acordo com [Sacomano Neto e Paulillo \(2012\)](#), a governança demonstra as relações de coordenação, comando, intervenção e participação dos atores. Aqui são utilizadas as cinco categorias de análise para estruturas de governança apresentadas por [Sacomano Neto e Paulillo \(2012\)](#), assim, analisa-se a governança pública, privada, ator coletivo, governança a montante e a jusante. Além disso, essas categorias subdividem-se em âmbito local, estadual e nacional.

Na governança pública, os atores-chave são a SEDETUR e a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Aquicultura (SEAPA), ambos do âmbito estadual, sendo a maior parte dos programas e projetos no território citrícola alagoano coordenada por esses órgãos. De acordo com a gestora entrevistada, na governança privada não há empresas detentoras de poder na rede citrícola alagoana.

Na governança de ator coletivo, em âmbito local, a rede citrícola é

formada por 03 cooperativas regionais, 29 associações e aproximadamente 1.050 fruticultores envolvidos no APL Fruticultura no Vale do Mundaú (ALAGOAS (Estado), 2020). No âmbito estadual conta com a atuação do SEBRAE/AL e da Fundação de Amparo a Pesquisa de Alagoas (FAPEAL). E no âmbito nacional a produção de laranja mantém relações com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e com o Instituto Federal de Alagoas (IFAL).

Sacomano Sacomano Neto e Paulillo (2012) definem a governança a montante como sendo composta por fornecedores com influência no processo de coordenação local. Nesse sentido, a rede citrícola do Vale do Mundaú não possui fornecedores de insumos, visto que, os próprios fruticultores produzem os compostos necessários a produção da laranja lima baseados nos princípios da produção agroecológica.

Por último, a governança a jusante é composta por distribuidores e clientes que possuem poder de barganha no arranjo. O mercado consumidor da laranja lima produzida no Vale do Mundaú ainda é reduzido. Sua produção é destinada, no nível local, aos consumidores das feiras livres, os pequenos mercados locais e a prefeitura por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O principal mercado atendido pelos produtores está no próprio estado de Alagoas, por meio dos Programas Governamentais – PAA e PNAE, como exposto. São realizadas entregas no Ceesa Alagoas e CE-AGESP em São Paulo (laranja lima) e feiras orgânicas em Maceió. A maioria das entregas são realizadas por “atravessadores” que, segundo Ferreira et al. (2013), destinam a laranja lima para os estados de Pernambuco, Sergipe, Bahia e Ceará. E a logística para a distribuição dos produtos é a principal limitação para a ampliação dos mercados.

IV.II Relações sociais institucionalizadas: caracterização da rede de capital social da citricultura do Vale do Mundaú

Com base em Almeida, Paulillo e Ferrante (2006) e por meio de entrevistas a atores-chave, este artigo utilizou a Tabela 2 para analisar as características estruturais da rede de capital social que se formou no território citrícola do Vale do Mundaú a partir de 2002, quando se observaram as primeiras iniciativas de organização. Já o adensamento da rede de capital social pode ser atribuído à atuação conjunta do governo do estado e do SEBRAE/AL por meio do PAPL a partir de 2008.

Tabela 2: Caracterização da rede de capital social da citricultura no Vale do Mundaú.

Características dos membros	Características das relações
Transferência de informação	Regras
Legitimidade	Centralidade
Reputação	Intensidade
Cooperação	Velocidade
Transparência	Informalidade dos contatos

Fonte: Reproduzido de Almeida, Paulillo e Ferrante (2006).

De acordo com a entrevista a gestora do APL Fruticultura no Vale do Mundaú, no âmbito das características dos membros, a transferência de informação entre os atores é um fator relevante, pois, através das frequentes capacitações, eventos e reuniões, os citricultores vêm melhorando a qualidade do seu produto, ampliando a comercialização e diversificando a produção. No quesito legitimidade é possível verificar o apoio dos atores à rede por meio do aumento da participação destes nos eventos promovidos no território e devido à solicitação formal de outros municípios para compor o chamado APL Fruticultura no Vale do Mundaú.

A reputação dos atores que figuram como coordenadores da rede também é uma característica favorável, visto que é a presença de um gestor no território desenvolveu uma relação de confiança com os produtores. Além disso, as vendas destinadas aos programas governamentais é fator fundamental para garantir os rendimentos mensais dos produtores, com o devido pagamento, existe o reforço da adesão dos produtores às estruturas organizacionais. Contudo, em virtude da mitigação dos programas do PAA, PNAE e do próprio PAPL, em 2018, a manutenção da adesão pode estar prejudicada.

A cooperação é observada por meio do aumento do número de atores organizados em cooperativas e associações. Por fim, a transparência é percebida por meio das reuniões do grupo gestor e das reuniões anuais para avaliação das ações.

Já no âmbito das relações estruturais da rede, verifica-se a centralidade das relações em torno do PAPL e do grupo gestor formado pelas lideranças das organizações associativas. As regras de funcionamento do programa são bem estabelecidas e a intensidade dos contatos é apontada como alta. No entanto, a velocidade na execução das ações varia em relação ao tipo de ação e do ator que foi designado para executá-la.

Com base em [Albagli e Maciel \(2003\)](#), a seguir são descritos alguns fatores responsáveis pela articulação sistemática dos atores conforme informações documentais e as entrevistas realizadas.

IV.II.1 Nível educacional e aprendizado interativo

Como exposto, [Albagli e Maciel \(2003\)](#) apontam o nível educacional e a densidade das relações de aprendizado interativo como fatores inter-relacionados que contribuem para o fortalecimento da cidadania e, assim, tanto a educação formal quanto a informal propiciam o fortalecimento do interesse coletivo. [Silva Júnior \(2014\)](#) traçou o perfil educacional dos produtores de laranja do Vale do Mundaú a partir de uma amostra composta por 170 produtores. Destes, 52,5% são alfabetizados, 39% têm apenas o ensino primário, 8% não são alfabetizados e 0,5% possui ensino superior ([SILVA JÚNIOR, 2014, p. 72](#)). Estes dados mostram o baixo nível educacional dos produtores de laranja e esse é um fator que pesa negativamente para o fortalecimento do capital social.

No entanto, alguns fatores positivos destacam-se como propulsores do aprendizado interativo como no caso dos eventos de capacitação organizados no âmbito do PAPL e por ações isoladas de outras esferas do governo. Como exemplo, tem-se as capacitações fornecidas aos produtores em beneficiamento da fruta com a produção de doces cristalizados da casca de laranja e laranja desidratada, o que diversifica a produção e aumenta o valor do produto. Em outras ações de capacitação em manejo foram instaladas Unidades Demonstrativas (UD) e realização de eventos chamados “Dias de Campo”.

Além disso, as reuniões mensais do grupo gestor e as reuniões promovidas pelo programa onde são convidadas todas as organizações parceiras atuam como mecanismo de transmissão de informações sobre o funcionamento do território.

O grande desafio para trabalhar novos conhecimentos em ambientes com baixo nível educacional é a capacidade de “tradução” dos conhecimentos trabalhados nas capacitações. A incorporação de novas tecnologias na produção é sempre um ponto limitador em regiões onde os produtores não conseguem replicar práticas, rotinas e procedimentos que permitem o uso correto da tecnologia.

IV.II.2 Sentimento de pertencimento, nível de inclusão e identidade de interesses

Segundo [Castilhos \(2001\)](#), uma das dimensões necessária à formação do capital social é o “enraizamento”, ou seja, a inserção dos indivíduos nas relações sociais. Dada a vocação da região do Vale do Mundaú para a agricultura familiar, especificamente com a produção de laranja lima, alguns municípios de regiões circunvizinhas solicitaram a participação no programa, como no caso de Murici que passou a fazer parte das ações em 2014.

De acordo com [Albagli e Maciel \(2003\)](#), a coesão social é um reflexo do nível de inclusão ou polarização e da identidade entre interesses individuais e coletivos. A estruturação da rede revela diferentes níveis de maturidade entre os atores como no caso de cooperativas que foram constituídas e consolidadas há mais tempo e, por isso, apresentam maior interesse e engajamento nas ações propostas. A COOPLAL, por exemplo, apresentava em 2002 aproximadamente 22 cooperados e em 2011 esse número passou para 53, o que demonstra a boa reputação desenvolvida pela cooperativa entre os citricultores. Outro aspecto que demonstra a identidade de interesses na rede foi a incorporação de 22 associações de produtores familiares à COOPLAL. A estrutura da região conta com 3 Cooperativas, 29 Associações formalizadas e aproximadamente 1.050 produtores ([ALAGOAS \(Estado\), 2020](#)).

IV.II.3 Lideranças locais

[Albagli e Maciel \(2003\)](#) afirmam que a existência de lideranças locais em um território produtivo facilita a articulação entre os empreendimentos produtivos através de três ações principais: atuam como mobilizadores dos grupos sociais; traduzem os anseios e interesses desses grupos em discursos consistentes; e organizam o elo necessário entre o Estado e a sociedade ([ALBAGLI; MACIEL, 2003](#), p. 432). Os autores ressaltam, ainda, que a existência de lideranças locais deve ser entendida como um fenômeno socialmente construído.

As principais lideranças no Vale do Mundaú são os presidentes das cooperativas e associações de cada município. Outro ator que compreende as características citadas por [Albagli e Maciel \(2003\)](#) é a figura do gesto do PAPL no território que atuando desde 2008 desenvolveu boa reputação entre os atores tornando-se um elo fundamental entre os produtores e o Estado.

IV.II.4 Relações Estado/sociedade

Conforme exposto, a relação entre o Estado e a sociedade ocorre de forma mais explícita por meio da intermediação do PAPL entre os produtores e os demais atores da estrutura de governança. O gestor do programa precisa ter a sensibilidade de identificar as principais demandas dos produtores e encaminhá-las aos agentes públicos capazes de sanar as dificuldades levantadas. Por meio dessas articulações, as prefeituras de cada município recuperaram as estradas de algumas comunidades facilitando o escoamento da produção. A SEAPA, a EMATER, a agência estadual de fomento DESENVOLVE, dentre outros, são atores públicos de intensa atuação na rede.

Almeida, Paulillo e Ferrante (2006) afirmam que através de “mecanismos institucionais desenvolvidos através de políticas públicas participativas e organizações locais é possível promover o desenvolvimento rural local com possibilidades de inclusão social” (ALMEIDA; PAULILLO; FERRANTE, 2006, p. 399). A articulação dos atores coletivos com o PAPL e com outros órgãos públicos mostra como as demandas locais são refletidas adequadamente na formulação de projetos e ações específicas para o território.

V Considerações finais

Diante das abordagens sobre a importância do Estado no desenvolvimento do capital social, este artigo realizou um estudo sobre a formação da rede de capital social do território citrícola de Alagoas. Verificou-se que apesar da produção de laranja lima na região ter iniciado nos anos de 1950, não se observava a organização dos produtores, visto que, estes atuavam isoladamente e comercializavam quase que exclusivamente com os intermediários em uma relação apontada como “predatória”. As primeiras iniciativas de organização em rede podem ser atribuídas à atuação do SEBRAE e da organização não governamental Movimento Minha Terra no território através da implantação de um projeto que visava a adoção de práticas agroecológicas na produção da laranja lima. A formação da primeira cooperativa em 2002 também pode ser apontada como um indicador da formação da rede na região. Relatos de produtores mais antigos revelam que nesse período as interações entre os citricultores e demais atores públicos e privados permaneciam fracas, visto que a região carecia de recursos técnicos e financeiros o que refletia na baixa produtividade dos pomares e na qualidade dos frutos. Com isso, não se observava uma

estrutura capaz de integrar os atores em relações estáveis baseadas em regras bem estabelecidas, centralidade de decisão, intensidade e velocidade das interações, ou seja, elementos presentes em estruturas de redes. Do mesmo modo, não se observava uma liderança entre os citricultores, não havia o compartilhamento de informações e cooperação entre os membros.

Com base em informações documentadas e nas entrevistas realizadas foi possível observar o desenvolvimento de uma rede de capital social no Vale do Mundaú a partir da atuação do programa de estado PAPL na região. E deve ser atribuída importância aos programas de compras governamentais como o PAA e o PNAE na organização dos produtores. O governo do estado juntamente com o SEBRAE/AL atuando como liderança contribuiu para a formação de uma estrutura de governança composta por atores locais, estaduais e nacionais que tem proporcionado melhorias na atividade produtiva da região. Já as compras governamentais promovem um rendimento mensal mais elevado e estável aos citricultores que, juntamente com as demais formas de comercialização, melhorou significativamente a qualidade de vida destes.

Dentre os benefícios da atuação do programa no território, destacam-se o aumento da produtividade da região através de capacitações em manejo do solo; a diversificação da produção através da construção de uma minifábrica de frutas cristalizadas, doces e suco; certificação de produtores de laranja lima orgânica; organização dos produtores em associações e cooperativas; e a abertura de mercado. Como fatores negativos destacou-se a interrupção de algumas ações no território, especialmente em períodos de mudança de governo, o que afeta negativamente a confiança dos atores. Além disso pesa negativamente o tempo de execução de algumas ações que, na maioria das vezes, dependem dos trâmites burocráticos de atores públicos.

Desse modo, este artigo verificou que o Estado atua como ator chave na rede citrícola alagoana e pode contribuir para o aumento do capital social quando proporciona um ambiente interativo capaz de traduzir os anseios da região em políticas de desenvolvimento local.

Referências

ALAGOAS (Estado). Decreto nº 2.077, de 30 de agosto de 2004. Institui o Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, Alagoas, 2004.

ALAGOAS (Estado). APL Fruticultura no Vale do Mundaú. *Alagoas em Dados e Informações*, 2020. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/arranjos-produtos-locais/resource/a2e32e40-3124-42ec-9dd9-1f2a4b2179ea>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, H. M. C.; E., J.; MACIEL, M. L. (Org.). *Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Relume-Dumará: Rio de Janeiro, 2003.

ALMEIDA, L.; PAULILLO, L. F.; FERRANTE, V. L. Segurança alimentar e consórcios de produtores rurais: possibilidades de formação de redes de capital social no território citrícola paulista. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 37, n. 3, p. 398–421, jul. 2006.

CASTILHOS, D. S. B. *Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. 173 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) — Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

COELHO, Y. S. Citricultura em alagoas: referência nacional na produção de laranja lima de ‘lima’. *Citros em Foco*, n. 25, jul. 2004.

DOWDING, K. Modelo or metaphor? a critical review of the policy network approach. *Political Studies*, Hoboken, v. 1, n. 43, p. 136–158, 1995.

Ferreira, J. T. P. et al. Citricultura no estado de alagoas – um estudo de caso no município de Santana do Mundaú/AL/Brasil. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Mossoró, v. 8, n. 1, p. 38–46, 2013.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: [s.n.], 2008.

GRACIANO, M. C. et al. Capital social e tipologia de redes: análise comparativa entre duas cooperativas agrícolas em territórios rurais diferenciados no Estado de Goiás. *Revista Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v. 23, n. 1, p. 293–315, 2020.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J.; PEIXOTO, J. M. (Org.). *A nova sociologia econômica*. São Paulo: Celta Editora, 2003. p. 69–102.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. Political science and the three new institutionalism. *Political Studies*, Hoboken, v. 44, n. 5, p. 936–957, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção Agrícola Municipal – PAM*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PAULILLO, L. F.; SACOMANO NETO, M.; GARCIA, L. M. *Governanças de Redes: Economia, Política e Sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

POWELL, W. Neither market nor hierarchy: network forms of organization. *Research in Organization Behavior*, v. 12, p. 295–336, 1990.

SACOMANO NETO, M.; PAULILLO, L. F. O. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: um estudo comparativo nos arranjos calçadistas e sucroalcooleiro no estado de São Paulo. *Revista de Administração Pública [online]*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 131–155, jul. 2012.

SCOTT, W. R. *Institutions and Organizations: Ideas, Interests, and Identities*. 4a.. ed. London: Sage Publications, 1995.

SILVA JÚNIOR, A. B. d. *Distorções e contradições no cinturão citrícola alagoano: aspectos da produção e comercialização agrícola entre 2008 e 2011*. 123 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) — Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

ZAMBRA, E. M.; SOUZA, P. A. R.; COSTA, S. R. da. O capital social e suas implicações na política de assistência técnica e extensão rural em Mato Grosso. *Holos*, Natal, Ano 34, n. Vol. 1, p. 271–287, 2018.